

## **A FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS (AS) NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REALIDADE OU UTOPIA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA-AL?**

Myllenna de Oliveira Santos; Karla Lécia Barros Nunes; Deivila Aparecida Santos; Lucas Melo de Abreu Júnior.

*Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: myllennadeoliveira@hotmail.com. Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: karlalbn@hotmail.com. Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: deivilasantos@gmail.com. Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: lucasmelosso@gmail.com.*

### **RESUMO**

Oferecer formação de qualidade aos profissionais da educação é um dever de todas as secretarias de educação dos municípios. Assim, levando-se em conta a grande importância da formação do (a) pedagogo (a) ser pautada em uma perspectiva inclusiva, o objetivo deste trabalho é analisar, através de falas de pedagogos (as) do município de Arapiraca – AL, se a formação inicial e continuada oferecida pelo município são dentro de uma perspectiva inclusiva ou não. Para a construção deste trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica adotando uma abordagem qualitativa, onde, foi realizada uma pesquisa de campo, e para a coleta de dados foi empregada uma entrevista semiestruturada com três pedagogas e um pedagogo que atuam na rede pública de ensino do referido município. Os resultados da pesquisa evidenciaram, através das falas dos (as) pedagogos (as) que atuam com crianças que têm algum tipo de deficiência, que a formação destinada a essa categoria de profissionais não é pautada em uma perspectiva de educação inclusiva, pois é fragmentada, superficial e ainda trabalha de forma excludente graças ao sistema vigente, não dando subsídios teóricos e práticos para que o trabalho pedagógico em sala de aula seja feito adequadamente, bem como ficou claro na pesquisa que falta materiais pedagógicos, recursos tecnológicos, infraestrutura arquitetônica, dentre outros elementos na escola, o que impossibilita ainda mais o trabalho pedagógico dos (as) pedagogos (as) para com as crianças, para que de fato se seja trabalhado levando-se em conta a diversidade humana dentro do contexto escolar.

**Palavras-chave:** Formação, Município de Arapiraca – AL, Pedagogos (as), Perspectiva inclusiva.

### **INTRODUÇÃO**

Sabe-se que o processo de inclusão educacional é muito complexo, e o primeiro profissional que se depara com a problemática de conseguir incluir mesmo com todas as barreiras impostas pelo sistema, é o (a) pedagogo (a), pois é este o profissional responsável pela primeira fase da educação básica, a educação infantil, e pela segunda fase, o ensino fundamental I que vai do primeiro ao quinto ano. Assim, a função social que este indivíduo tem é caracterizada por uma série de saberes e práticas necessárias à sua profissão, que lhe são exigidas em sua prática docente. Entretanto, por muitas vezes, esses saberes e práticas não são trabalhados na formação deste ou desta profissional da forma correta, seja na sua formação inicial ou continuada.

Assim, ao adentrar no exercício da docência nas primeiras fases da educação básica, o (a) pedagogo (a) se sente inseguro (a) em sua prática, pois se depara com uma diversidade humana, esteja ela relacionada com raça, gênero, cor, religião, deficiências cognitivas ou motoras, dentre outros elementos, e por não ter tido uma formação inicial que tivesse trabalhado na teoria e na prática essas questões, não consegue desenvolver um trabalho pedagógico que seja de fato inclusivo, da mesma forma que não está tendo formação continuada para tentar, não sanar, mas amenizar esse déficit em sua formação. Pois, a formação de um (a) pedagogo (a) ou de qualquer outro profissional da educação deve ser extremamente pautada em princípios inclusivos, que respeite a diversidade humana e que saiba trabalhá-la em sala de aula, de forma que não segregue ou exclua nenhuma criança por sua diferença.

Contudo, levando-se em conta a grande importância da formação do (a) pedagogo (a) ser pautada em uma perspectiva inclusiva, o objetivo deste trabalho é analisar, através de falas de pedagogos (as) do município de Arapiraca – AL, se a formação inicial e continuada oferecida pelo município são dentro de uma perspectiva inclusiva ou não.

## **METODOLOGIA**

Para a construção deste trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica que segundo Macedo (1994, p. 13) “[...] é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema da pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, [...]) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas [...]”. Desta forma, foram utilizados autores e autoras como: Aguiar (2010), Locatelli (2009), Abenhaim (2005), Rocha (2002), Libâneo (2007), dentre outros que trabalham temas sobre políticas públicas, inclusão, formação etc. Foi adotada uma abordagem qualitativa para analisar o problema em questão, pois, de acordo com Creswell (2007, p. 35) “Uma técnica *qualitativa* é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas ([...]) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias ([...]) ou em ambas (grifos do autor). Foi realizada uma pesquisa de campo para investigar a problemática em questão, e para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada com três pedagogas e um pedagogo que atuam na rede pública de ensino do município de Arapiraca – AL, onde vale destacar que entrevistas se configuram como um roteiro com perguntas abertas que servem

para estudar um fenômeno com uma população específica como um grupo de professores, de alunos, dentre outros (MANZINI, 2008).

Assim, este trabalho está dividido em três partes, onde na primeira buscou-se evidenciar a função social que o (a) pedagogo (a) tem perante a sociedade e a educação; na segunda, houve a explanação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e seus objetivos para com a educação; e na terceira e última parte, mostrou-se a pesquisa de campo realizada no município de Arapiraca-AL sobre formação pedagógica, inclusão, dentre outras temáticas referentes a este trabalho.

### **A função social do (a) pedagogo (a) na educação**

A educação se configura hoje como um dos complexos sociais que mais é fruto de pesquisas, estudos e produções científicas. Estudar a educação é entrar em um universo que exige criticidade aos olhos de quem investiga suas necessidades, desafios e possibilidades, levando-se em conta o atual sistema econômico e político mundial no qual vivemos hoje, que exige dos sujeitos, sejam eles discentes ou docentes, uma gama de conhecimentos, e que esses sejam útil ao mercado de trabalho, sempre produzindo e reproduzindo o sistema produtivo vigente, o capitalismo. Assim, é nítido que dentro desse contexto a educação perde o seu caráter emancipador e fica à mercê dessa lógica produtiva, meritocracia e excludente. Assim, educação, de acordo com Libâneo (2007, p. 30) “[...] é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (grifos do autor) ”.

Podemos observar que a educação é uma prática social, que vai muito além de práticas educativas direcionadas dentro de salas de aulas com conteúdo, objetivos e metodologias específicas. Assim, vale destacar que o processo educativo se ocupa de práticas intencionais, que ocorrem em contextos estruturados, com objetivos específicos, de maneira formal, que é o que acontece no contexto escolar, com toda aquela gama de matérias como português, matemáticas, ciências etc., com todos aqueles métodos avaliativos e aulas expositivas sobre determinado conteúdo, bem como de práticas não intencionais, que são aquelas situações informais, sem objetivos específicos e sem institucionalidade, mas que mesmo assim aprendemos sobre determinados assuntos, como nos contextos familiares, religiosos etc., ou seja, informalmente estamos a todo o momento

recebendo informações que alteram nossos pontos de vistas e nossas concepções sobre o mundo, desta forma, e de extrema importância que a educação saiba trabalhar de forma crítica para desconstruir qualquer tipo de informação preconceituosa, excludente, homofóbica, machista e que desvalorize a diversidade humana.

Contudo, são nos primeiros anos de escolaridade que concepções sobre mundo, família, corpo, dentre outras categorias começam a se formar no inconsciente e nas subjetividades das crianças, assim, se faz necessário práticas pedagógicas que saibam de fato intervir nessa fase, a fim de ajudar essas crianças a se conhecerem e conhecerem os outros a sua volta, sabendo respeitar as diferenças existentes entre ela e as demais, sejam essas diferenças em relação à raça, cor, corpo, aprendizagem, dentre outras esferas que estão presentes dentro da diversidade humana. Sobre essa fase inicial da criança e a importância do educar, Brasil (1998, p. 23) nos diz que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis [...]. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Desta forma, o profissional destinado a trabalhar com crianças nessa fase, precisa ter em sua formação inicial conhecimentos aprofundados em psicologia, sociologia, antropologia, filosofia, inclusão, diversidade, para que possa compreender o processo pelo qual a criança aprende, bem como identificar situações que possam promover aprendizagens significativas de fato, de modo que a criança desenvolva seus aspectos motores, cognitivos, sociais e afetivos, dentro de seus limites e possibilidades, mas sempre sendo incentivadas a se desenvolverem e aprenderem. Contudo, sabemos que hoje, por lei, o (a) profissional destinado (a) a trabalhar na primeira modalidade da educação básica, a educação infantil, e na metade da segunda modalidade da educação básica, o fundamental I que vai do 1º ao 5º ano, é o (a) pedagogo (a), pois, de acordo com Drumond (2013, p. 185) “Com a aprovação das novas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de pedagogia (CNE/2006), este curso é legítimo espaço de formação de professores (as) de educação infantil e, também, dos anos iniciais do ensino fundamental”. Desta forma, a função social que um (a) pedagogo (a) tem é muito grande. Assim, demanda formação inicial e continuada que ofereça saberes e práticas que atendam de fato a diversidade humana encontrada na sala de aula

regular de forma a incluir toda criança independentemente de sua diferença.

### **A política nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e sua contribuição na formação de professores (as)**

Ao longo da história as pessoas com algum tipo de deficiência eram excluídas e marginalizadas radicalmente da sociedade, isso, por serem tachadas como inúteis, mas a partir da década de 1950 foram criadas algumas campanhas e entidades filantrópicas afim de integrar essas pessoas na sociedade, todavia, o caráter empregado por essa integração era de assistencialismo e não de inclusão, termo social que segundo Locatelli (2009, p. 44) “[...] envolve adequações da sociedade às necessidades de seus membros, cujo ponto de partida é tanto uma mudança na mentalidade quanto o comportamento e na atitude das pessoas”, ou seja, é uma ruptura de paradigmas sociais que desvalorizam a diversidade humana.

Mas, é a partir da década de 1990 que surgiram várias políticas públicas de inclusão social e escolar com princípios inovadores e inclusivos no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que em seu art. 58 define educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação. Onde, no parágrafo 1º coloca que, quando necessário, haverá serviços de apoio especializado em classes regulares, e em seu parágrafo 2º afirma que esse atendimento deve ser em função das condições específicas dos alunos e alunas. A implementação na Constituição Federal Brasileira de 1988, que em seus art. 3 (inciso IV), 205, 206 (inciso I) e 208, garante, respectivamente, educação sem preconceito; educação para todos e todas; igualdade de condições, acesso e permanência na escola; e Atendimento Educacional Especializado – AEE pelo Estado. O Plano Nacional de Educacional – PNE, Lei nº 10.172/2001, que propõem uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. A declaração de Salamanca, criada pela UNESCO em 1994, que enquanto um documento público elabora uma proposta pedagógica centrada na criança e nas suas limitações e potencializades, com escolas com edificações e mais formação de professores (as) para a inclusão, defendendo a luta em defesa a uma escola inclusiva. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, criada pela ONU em 2006, que assegura uma educação inclusiva em todos os níveis de ensino por parte dos estados a partir de metas e a serem estabelecidas e cumpridas.

Assim, falar de educação inclusiva é entrar em um campo muito complexo e cheio de necessidades, ao passo que demanda da escola uma reestruturação curricular e de espaço, bem como profissionais devidamente formados e aptos a trabalharem com crianças que tenham algum tipo de deficiência. É imprescindível que a criança participe ativamente do processo de aprendizagem e das atividades educacionais – em sala de aula regular e com atividades adaptadas a sua realidade e reais necessidades –, entretanto, isso só ocorrerá quando houver de fato um trabalho em conjunto por parte da escola, de uma equipe multidisciplinar fora dela, professores (as), família e comunidade, pois sem essa parceria, o trabalho não acontecerá da forma que deveria. Como essa realidade citada acima ainda é algo utópico na sociedade capitalista, excludente e preconceituosa, na qual vivemos hoje, essas necessidades se tornam barreiras.

De acordo com Brasil (2006, p.1):

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Hoje, a educação inclusiva é um modelo educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, onde, o Ministério da Educação – MEC, institucionalizou em 2006 a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que se constitui de um documento com um caráter legal e político que traz um levantamento histórico sobre as primeiras instituições no Brasil a atenderem às pessoas com deficiência, ainda na época do Império, até a criação das primeiras políticas públicas educacionais destinadas a esta categoria desde 1961 até 2008, data da implementação do documento. Assim, nas páginas seguintes, apresenta um diagnóstico sobre a educação especial no Brasil, bem como quais são os objetivos da política, que de forma geral, garante a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até o ensino superior, enquanto uma continuidade da escolarização, promovendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE, em contra turno, como forma de facilitar a aprendizagem, exigindo para isso, a formação específica de professores nesta área para trabalhar com essa categoria e a reformulação das escolas para possibilitar a acessibilidade. Para concluir, o documento traz um esclarecimento sobre quem são os e as estudantes que são atendidos (as) pela

educação especial, suas características e reais necessidades, bem como apresenta as diretrizes da política, caracterizando o que é e como funciona o AEE, dentre outros pontos.

Assim, o objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consiste, segundo Brasil (2006, p. 10) em oportunizar,

[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

No objetivo acima, vemos que um dos pontos garantidos pela política é a formação de professores (as) para o atendimento educacional especializado e inclusão escolar, assim, espera-se que todas as secretarias de educação dos municípios assegurem esse direito aos profissionais de educação que tenham ou não alunos e alunas com algum tipo de deficiência em suas salas de aula, para que o trabalho pedagógico realizado com essas crianças contemple de fato suas reais necessidades e especificidades, respeitando suas diferenças e oportunizando uma aprendizagem significativa e que vença as barreiras trazidas pela deficiência, pois esta limita sim o processo de ensino, mas não o impossibilita. E, para isso, é necessária uma formação tanto inicial quanto continuada que respeite a diversidade humana e que traga práticas pedagógicas inovadoras, transformadoras e inclusivas para a sala de aula regular.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com três pedagogas e um pedagogo do município de Arapiraca – AL que atuam em escolas da rede pública de ensino do referido município sobre questões relacionadas aos processos de formação, inclusão, dentre outros.

Na primeira pergunta, indagamos aos sujeitos se em suas formações continuadas as questões sobre educação inclusiva são abordadas? E se sim, como? E obtivemos como respostas as seguintes colocações:

São abordadas de uma forma muito vaga, materiais que podem

ser encontrados em livros, mas se você não souber fazer não conseguirá dar forma como são passados nas formações (AMANDA, 2018).

A partir do momento que estou nesta escola não participei de nenhuma formação que fale a respeito da inclusão, geralmente os temas são abordados em termos gerais, além de não tratarem especificamente, quando há são com muita teoria e quase nenhuma prática (FERNANDA, 2018).

Nas falas acima percebemos como são escassas e fragmentadas as discussões sobre educação inclusiva nas formações continuadas oferecidas pelo município, não oferecem subsídios teóricos e nem práticos para contribuir no trabalho pedagógico desenvolvido pelos (as) pedagogos (as) nas salas de aula regular, e isso é um problema crítico, pois, como bem pontua Aguiar (2010, p. 155) “[...] o processo de capacitação dos atores educacionais se impõem como contínuo, e é na escola que se processa a mais profícua aprendizagem [...] empenhados [...] na busca de novos e melhores caminhos para o processo de inclusão”, assim, é de extrema importância que durante as formações sejam discutidos temas relacionados ao processo de inclusão, para que ao ser problematizado, novas propostas de intervir sejam criadas e aplicadas tendo como principal objetivo o de incluir de forma integral os sujeitos.

Na segunda pergunta, questionamos se os sujeitos se sentiam seguros para atuar com as especificidades da educação inclusiva e por quê? Vejamos o que nos foi apresentado como respostas:

Não me sinto segura porque existe todo um processo, primeiro vem a questão da experiência, depois tem a questão da falta da sala de aee que tem muitos recursos e depois os professores não tem familiarização com esses jogos, com esses materiais que podem ser trabalhados com eles (FERNANDA, 2018).

Olha eu tenho uma dificuldade imensa, nós temos um que tem paralisia que toma mais tempo, precisei fazer um diagnóstico para saber o que ele reconhecia da matemática, quais são suas limitações para desenvolver um trabalho, para ter o cuidado de não repetir a mesma atividade se não o aluno ficará saturado, buscar exercício que ele se desenvolva e que seja também atrativo para ele (MARCOS, 2018).

Foi nítido nas respostas o receio dos (as) pedagogos (as) em relação ao trabalho pedagógico que deve ser desenvolvido com crianças com algum tipo de deficiência nas salas de aula regulares, e justificaram seus anseios na má formação que tiverem ou que estão tendo, bem como no próprio sistema educacional, que não dá subsídios necessários como materiais pedagógicos e infraestrutura adequada para que ações sejam desenvolvidas da forma que deveriam ocorrer. Todavia, como bem coloca



Abenhaim (2005, p. 50) “A formação continuada é importantíssima, mas ela não pode ser pensada fora de um contexto [...]. A questão mais importante não é a formação [...] mas o modelo de sociedade e de escola que adotamos”, ou seja, a formação sempre estará de acordo com o sistema e seus objetivos, então o problema não é a formação em si, mas o sistema que a configura.

Na terceira pergunta, perguntamos se na opinião dos sujeitos havia de fato inclusão nas instituições escolares do município de Arapiraca – AL e pedimos uma explicação para quaisquer que fosse a resposta, e assim tivemos que:

Não, a gente sabe que eles não são incluídos de forma alguma, são mais um aluno dentro da sala, porque alguns professores até tenta fazer um trabalho diferenciado, mas não são todos que fazem isso, então a maioria tem alunos que precisaria de uma mediadora pra ficar com eles na sala, são turmas grandes, indisciplinadas, a própria turma mesmo sem deficiência específica tem uma aprendizagem muito lenta, alunos que demandam um atendimento maior do professor e ainda ter em sala um aluno inclusivo que necessita de um atendimento especial, complica, não só aqui na escola, mas no brasil essa história de inclusão é bem mentirosa (AMANDA, 2018).

A inclusão no sentido amplo não, a quem entenda que inclusão é só o aluno com deficiência estar em sala de aula, quando na verdade inclusão significa dizer que eles têm que participar de tudo que acontece na escola, desde as atividades em grupo, como as apresentações, organização da própria escola com relação aos mínimos detalhes (FERNANDA, 2018).

De fato, eu acho que não, falta um pouco entender o que é essa inclusão, como deve ser feita, quais as necessidades especiais que os alunos possuem, para que não haja a exclusão, se não for feito dessa forma, então está se excluindo (BIANCA, 2018).

Foram muito bem pontuadas e argumentadas as colocações dos (as) entrevistados (as) ao afirmarem que não se tem uma inclusão no município que oferte de fato os direitos sociais e educacionais das pessoas com deficiência e que vá ao encontro das reais necessidades pedagógicas das crianças, pelo menos não nas escolas onde esses sujeitos atuam. E sobre essa questão, Rocha (2002, p. 68) elenca que “A escola só será inclusiva quando souber lidar com a diversidade na unidade, quando souber trabalhar pedagogicamente com diferenças, e não tentar homogeneizá-las”, contudo, fica claro que para que a inclusão, que tanto sonhamos se concretize, se faz necessária uma ruptura de paradigmas, pois, a escola não está buscando trabalhar com e na diferença, levando em conta que “A diversidade humana é a principal fonte do saber” (ALBENHAIM, 2005, p. 50).

E na quarta pergunta, investigamos o que os sujeitos tinham a dizer em relação às políticas de inclusão do município de Arapiraca – AL e nos foi apresentado como respostas os seguintes retornos:

Partindo do pressuposto do que a gente precisa, quando o professor vai ser capacitado para isso? Essas políticas aparecem mais no período de férias e ele não quer participar, porque precisa de um momento seu. Já há uma desmotivação e quando aparece capacitação no período de férias. Só digo que precisa melhorar! (AMANDA, 2018).

Falhas, infelizmente não são todas as escolas que tem essas salas de recursos para fazer o atendimento especializado na mesma, gostaria de conhecer mais profundamente como se trabalha numa sala de aee, pois nada se compara a experiência (FERNANDA, 2018).

Apesar das formações, para alguns professores a inclusão não se deu realmente, pois pegar um aluno e colocar na sala não é inclusão, então falta material adequado o professor tem que se virar se quiser trabalhar com aquele aluno deficiente. As políticas públicas do município que eu entendi foi essa que o professor tem obrigação de trabalhar com esse aluno e se vire para encontrar material adequado (MARCOS, 2018).

Conhecer as políticas públicas do município a fundo eu não conheço, mas eu posso dizer que no geral elas visam a inclusão, quer que o aluno com deficiência esteja incluso na escola, então devem investir mais nas formações e em materiais tanto humano como didático pedagógico, porque se não houver esses dois investimentos não há inclusão. A educação inclusiva foi uma política pública de ótima qualidade, pensada para o Brasil inteiro, mas que falta chegar no professor esse investimento, que será o agente que vai trabalhar para mudar a realidade daquela criança com deficiência (BIANCA, 2018).

Vemos nas respostas que ainda há muitas falhas nas políticas públicas do município para uma educação especial que adote uma perspectiva inclusiva, pois, de acordo com as respostas, falta investimento, motivação, recurso, formação, dentre outros elementos essenciais à prática educativa inclusiva.

## CONCLUSÕES

Portanto, fica claro que as políticas públicas que permeiam a educação inclusiva avançaram gradativamente até os dias de hoje. Cada passo dado foi um avanço para a caracterização e definição do que seria uma educação especial ou o que chamamos atualmente de uma educação inclusiva, do que precisamos para colocá-la em prática, como fazer isso, mas acima de tudo, fazer uma grande reflexão sobre o que impede que ela se efetive de fato no Brasil como em outros países. As ações

governamentais em formas de leis, decretos, campanhas dentre outros dispositivos, decretaram de forma nacional e plural os direitos das pessoas com deficiência, claro que em passos pequenos, mas hoje, em aspectos educacionais e sociais, perante a lei, essas pessoas têm a garantia de igualdade. O que falta é a mudança de sistema para que essas premissas de fato se concretizem, pois, nesse sistema capitalista, opressor e sucateador, infelizmente, a educação especial numa perspectiva inclusiva, não ocorrerá como de fato está empregado nos dispositivos legais.

Em relação ao município de Arapiraca - AL, foi nítido nas falas dos (as) entrevistados (as) que os professores e professoras não têm o suporte necessário em formação, materiais didáticos, infraestrutura arquitetônica, dentre outros elementos para trabalhar na perspectiva da inclusão. Os alunos e alunas com algum tipo de deficiência ficam à mercê de salas, recursos e metodologias não acessíveis, fazendo com que cada vez mais se perpetue a falsa inclusão escolar, onde vemos esses alunos e alunas na sala de aula regular por que é um direito, porém não são assistidos da maneira correta e de fato inclusiva. Dessa forma, é necessário repensar que tipo de inclusão escolar está sendo oferecida a esses indivíduos que por muitas vezes são taxados pelo fracasso escolar por conta da deficiência e não se repensa o verdadeiro motivo de não estarem aprendendo. Vê-se então a necessidade de repensar as concepções e práticas de educação inclusiva do município em questão, e a partir de debates na realidade de professores (as) e alunos (as) realizar as mudanças necessárias para que aconteça verdadeiramente a inclusão escolar, pois o que falta é investimento e comprometimento público para com os (as) profissionais e alunos (as) que vivem essa realidade.

Contudo, a pesquisa evidenciou que a formação dos pedagogos que atuam em salas regulares com crianças que tem algum tipo de deficiência não é pautada em uma perspectiva de educação inclusiva como a política analisada neste trabalho propõem, pois, a realidade que as falas dos (as) pedagogos (as) caracterizam é de uma formação fragmentada e superficial que não oferece a estes e estas profissionais instrumentos teóricos e práticos para realizarem um trabalho que atenda de fato as especificidades e realidades das crianças com deficiência do referido município. Assim, a formação pedagógica em uma perspectiva inclusiva no município de Arapiraca-AL ainda é, infelizmente, uma utopia.

## **REFERÊNCIAS**

ABENHAIM, E. Os caminhos da inclusão: breve histórico. In: MACHADO, Adriana Marcondes. **Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola.** - São Paulo: Casa do Psicólogo: Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

AGUIAR, L. G. Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

**BRASIL. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: <

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 de agosto de 2018, às 14h20min.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

**Referencial curricular nacional para a educação infantil v. 1/** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

DRUMOND, V. Estágio e formação de docentes de educação infantil em cursos de pedagogia. **Olh@res**, Guarulhos, v.1, n1, p.183-206, maio, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOCATELLI, A. C. D. **Fundamentos da educação especial: pedagogia.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MACEDO, N. D. de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa /** Neusa Dias de Macedo. - 2. ed. revista - São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percorso - NEMO** Maringá, v. 4, n. 2 , p. 149- 171, 2012. Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percorso/article/viewFile/18577/10219>>. Acesso em: 30 de agosto de 2018, às 16h30min.

ROCHA, R. Educação especial... onde está a diferença?. In: SOUZA, Regina Célia de. **A práxis na formação de educadores infantis /** Regina Célia de Souza, Maria Fernanda Silveira Tognozzi Borges. - Rio de Janeiro, DP&A, 2002.